



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ÁGUA
BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



DADOS DO PROCESSO

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	013/2023
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	003/2023
MODALIDADE:	DISPENSA

INTERESSADOS

ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
---------------------------	--

OBJETO

LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CMDCA (CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)
--



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ÁGUA
BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

Pelo presente instrumento, encaminhe-se à consideração do(a) Autoridade Competente da Secretaria Municipal de Assistência Social, Documento de Formalização da Demanda – DFD.

DADOS DA UNIDADE SOLICITANTE	
NOME	Secretaria Municipal de Assistência Social
CNPJ	01.613.956/0001-21

IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA	
OBJETO	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente)
RESPONSÁVEL	Magno Nunes da Silva

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE	
A presente contratação se justifica pela necessidade de oferecer apoio ao trabalho desenvolvido pelos conselheiros.	

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO			
Item	Descrição	Unidade	Quant.
1	1 - LOCAÇÃO DE IMÓVEL (CMDCA)	Mês	12,00

Declaro que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos na justificativa da necessidade do presente documento.

São Pedro da Água Branca - MA, 9 de Janeiro de 2023

Magno Nunes da Silva
Secretário Municipal de Assistência Social
006/2021



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ÁGUA
BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



SOLICITAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ao
Departamento de Contabilidade
Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE
DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E RUBRICA PARA LOCAÇÃO
DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CMDCA (CONSELHO
MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE).

Senhor Contador,

Venho por meio desta solicitar a Vossa Senhoria que informe sobre a disponibilidade orçamentária, bem como a classificação orçamentária/financeira dos recursos para custeio da despesa referente ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 013/2023**, cujo objeto é **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente)**.

O valor total estimado da presente demanda é de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Para tanto, encaminhamos os autos do processo administrativo acima identificado.

Na certeza do pronto atendimento a esta solicitação, aproveitamos o ensejo para reiterar nossos votos de elevado apreço.

São Pedro da Água Branca - MA, 9 de Janeiro de 2023

Magno Nunes da Silva
Secretário Municipal de Assistência Social
006/2021



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ÁGUA
BRANCA



INFORMAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A(o) Excelentíssimo(a) Senhor(a)
Magno Nunes da Silva

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E RUBRICA PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CMDCA (CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE).

Em resposta a vossa solicitação, conforme encaminhamento a este departamento, que revendo a Lei Orçamentária vigente no corrente exercício financeiro, verificou-se que há programa, classificação e disponibilidade orçamentária necessária e suficiente para LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), objeto do Processo Administrativo nº 013/2023, podendo ainda, se for o caso, ser o saldo orçamentário suplementado, sob a seguinte rubrica:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02.14.00 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO: 08.244.0125.2054.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.36.00 - SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA

Remetam-se os autos à Secretaria Requisitante para as análises quanto ao cronograma de desembolso financeiro.

São Pedro da Água Branca - MA, 10 de Janeiro de 2023


Jeanes Alves Guida
CONTADOR CRC/MA 015038/05
037/2021



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ÁGUA
BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



AUTORIZAÇÃO

(Art. 72, VIII, LEI FEDERAL 14.133/21)

Estando devidamente cumpridas as formalidades legais, no uso das minhas atribuições, em cumprimento ao disposto no inciso VIII, art. 72 da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO** a abertura do Processo de Contratação Direta, objetivando LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), no valor R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Os recursos financeiros para cobertura do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária seguinte:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02.14.00 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO: 08.244.0125.2054.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.36.00 - SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA

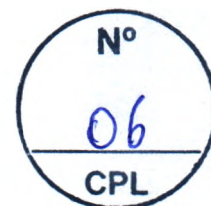
Declaro, nos termos do Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD e para fins de informação de disponibilidade orçamentária e financeira, que a despesa acima identificada tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e é compatível com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigentes, nos termos do art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/00.

Declaro ainda que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/00, especialmente aqueles contidos nos artigos 16 e 17, pois está abrangida pelos créditos genéricos, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não ultrapassam os limites estabelecidos para o exercício do corrente ano.

São Pedro da Água Branca - MA, 10 de Janeiro de 2023

Magno Nunes da Silva
Secretário Municipal de Assistência Social
006/2021

LAUDO DE AVALIAÇÃO



1.0 – INTERESSADO

Este laudo foi realizado por solicitação PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA, Instituição Pública, sediada na rua Presidente Geisel; representado por Marília Gonçalves de Oliveira, brasileira, divorciada, agente política, portadora da cédula de identidade (RG) nº 068033672018-0 SSP/MA e CPF nº 522.954.433-34, Ordenadora de Despesa.

2.0 – PROPRIETÁRIO

Sr. (a) **ROSÂNGELA ROSA DA CONCEIÇÃO**, brasileiro (a), solteira (a), autônoma, portador (a) da cédula de identidade RG: sob o nº. **018490562001-7 SSP/MA**, e inscrito (a) no CPF/MF: sob o nº. **602.109.183-30**, residente e domiciliado (a) à Rua Gaspar Dutra, nº. 899, Centro, município de São Pedro da Água Branca/MA, CEP: 65.920-000, conforme cópia do contrato particular de compromisso de compra e venda e do BCI - Boletim de Cadastro Imobiliário em anexo (docs. 02 e 03).

3.0 – OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é a determinação do valor (R\$) de tendência de mercado, a para aluguel de 01 (um) IMÓVEL URBANO.

4.0 – PRESSUPOSTOS

Para atender ao objetivo a que se propõe, este laudo expressará o justo valor de mercado do imóvel o qual é assim definido:

- 4.1 - O valor expresso em termos monetários que o bem alcançaria se exposto á venda pôr um prazo razoável no mercado aberto, em que haja uma vontade de vender e um comprador desejoso de comprar, ambos conhecedores do bem e do mercado e livres de pressões anormais”.
- 4.2 - O avaliador considera que os elementos a ele fornecidos são legítimos e que as informações prestadas pôr terceiros foram dadas de boa fé, merecendo, portanto, todo crédito.
- 4.3 - Não foram feitas averiguações a respeito de restrições de direito de propriedade ou de qualquer ônus que pesem sobre o imóvel avaliado.
- 4.4 - Para a individualização do objeto de avaliação, o avaliador se valeu dos elementos abaixo relacionados.
- 4.5 - Vistoria “IN-LOCO” e levantamento técnico do imóvel.
- 4.6 - Pesquisa efetuada no mercado imobiliário na localidade do imóvel.
- 4.7 - Normas brasileiras para avaliação de Imóveis Urbanos.
- 4.8 – Depreciação do imóvel.

5.0 – NÍVEL DE PRECISÃO

O nível de precisão pretendido em uma avaliação está diretamente relacionado com as informações que possam ser extraídas no mercado, a especificação a “priori” dos níveis de rigor mais elevados somente será estabelecida para a determinação do empenho do trabalho avaliatório, e não na garantia de um grau mínimo na sua precisão final, independente, portanto, da vontade do profissional de avaliações e/ou do contratante.

6.0 – METODOLOGIA

O presente laudo de avaliação foi realizado com a utilização do método comparativo direto de dados de mercado, segundo o qual o valor do bem avaliado é determinado por comparação com outros bens semelhantes, situado na mesma região, de características semelhantes ao imóvel ora avaliado.

Nº
07
CPL

7.0 – VISTORIA

A vistoria do imóvel foi realizada no dia 10 de janeiro de 2023.

7.1- A área total do imóvel com limites e confrontações, é composta por **420,00M²** (Quatrocentos e vinte metros quadrados), com as seguintes medidas: Frente com **12,00m** (Doze metros); Fundo com **12,00m** (Doze metros); Lateral Esquerda com **35,00m** (Trinta e cinco metros) e Lateral Direita com **35,00m** (Trinta e cinco metros), conforme cópia do Memorial Descritivo e da Planta Topográfica - Planimétrica, em anexo (doc. 04 e 05).

7.2 – BENFEITORIA

Conforme vistoria “IN-LOCO” no imóvel existe:

7.3 – LOCALIZAÇÃO

O **Imóvel Urbano** avaliado está localizado no Município de SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA - MA, situado à Rua do Sindicato, próximo ao comércio do Francival, bairro Centro, em anexo (doc. 03).

7.4– DADOS DO IMÓVEL

Ver copia em anexo:

- Documento Pessoal do Proprietário (doc. 02);
- BCI - Boletim de Cadastro Imobiliário (doc. 03);

7.5– PESQUISA DE MERCADO

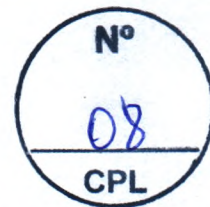
A pesquisa realizada na região teve como fonte recente a oferta de mercado envolvendo imóveis na região, contatos feitos com corretores e finalmente dados do imóvel supracitado.

8.0 – CÁLCULO AVALIATÓRIOS

Levamos em consideração para determinação do valor de aluguel mensal do imóvel, foi feita uma ampla pesquisa no mercado imobiliário, tendo sido feito os tratamentos estatísticos considerados adequados para o fim.

Aplicando as informações obtidas através da pesquisa de preços baseadas nas informações colhidas na região e informações dos valores praticados no mercado pelas imobiliárias na região e de particulares, conseguiu-se obter um valor de Mercado aproximado de aluguel desse imóvel objeto de estudo.

Todavia, considerando o imóvel livre e desimpedido de quaisquer ônus, no estado em que se encontra e em condições de ser colocado no mercado imobiliário para negociação, optamos pela adoção do limite inferior, chegando ao seguinte valor para fins de locatícios, no valor mensal de 800,00 (oitocentos reais), totalizando o valor de: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).



9.0 – CONCLUSÃO

Considerando que os valores obtidos nos cálculos avaliatórios são frutos de estudos realizados sobre dados técnicos e de mercado que se apresentam, levando em consideração os parâmetros comparativos de avaliação, coerente com a opinião do valor aplicado na região do imóvel. O avaliador concluiu que os mesmos atendem satisfatoriamente aos objetivos desta Avaliação.

11.1 – DO AVALIADOR

FRANCISCO ALVES DE MOURA, brasileiro, casado, corretor e avaliador mercadológico de imóveis (técnico em transações imobiliárias e avaliação mercadológica), inscrito no CRECI de nº. 1744 da 20ª REGIÃO e CNAI -MA de nº. 7445, portador da cédula de identidade RG: sob o nº. 12712591999-0 SSP/MA e inscrito no CPF/MF: sob o nº. 206.603.243-34, residente e domiciliado na Rua Manoel Trindade, nº. 371, Centro, município de Cidelândia - MA, CEP: 65.921-000, fone: (99) 98845-2844 (OI / WhatsApp), conforme cópia dos documentos pessoais em anexo (doc. 11).

11.2– TERMO DE ENCERRAMENTO

Este laudo de Avaliação está digitado em 02 (duas) vias de igual teor, composto de 3 (três) folhas.

São Pedro da Água Branca, 10 de janeiro de 2023.

FRANCISCO ALVES DE MOURA
CRECI: 1744 / 20ª REGIÃO
CNAI -MA: 7445
CPF/MF: 206.603.243-34

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MAI967074053



POLÍCIA DIRIGIDA



Rosângela Rosa da Conceição

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

018490562001-7

DATA DE EXPEDIÇÃO

06/08/2018

NOME

ROSANGELA ROSA DA CONCEICAO

FILIAÇÃO

VALDECI DA CONCEICAO E ROSIMAR ROSA DA CONCEICAO

NATURALIDADE

GOVERNADOR ARCHER - MA

DATA DE NASCIMENTO

19/04/1988

DOC ORIGEM

NASC. N.02 FLS.01 LIV.A01

CPF

602109183-30

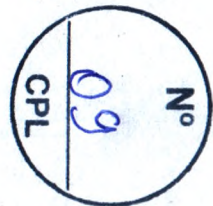
SÃO LUIS-MA
P-005

ASSINATURA DO DIRETOR

LUCEFLAVIO CARNEIRO


VIA-02

LEI N°7 116 DE 29/08/83



Classificação: Residencial Pleno		Tipo de Fornecimento: MONOFÁSICO	
Tensão Nominal Disp: 220 V Lim Min: 202 V Lim Max: 231 V			
ROSIMAR ROSA DA CONCEICAO INSTALAÇÃO: 10574234 CPF: ***.188.81*-** R. GASPAR DUTRA, 899, CEP: 65920-000 CENTRO - SAO PEDRO DA AGUA BRANCA - MA			
		Parceiro de Negócio 10574234	
		Conta Contrato 10574234	
Conta Mês	Vencimento	Total a Pagar	
12/2022	22/12/2022	R\$ 337,79	

Data das Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº de Dias	Próxima Leitura
	14/11/2022	15/12/2022	31	13/01/2023



NOTA FISCAL Nº 032135089 - SÉRIE 000 /
 DATA DE EMISSÃO: 15/12/2022
 Consulte pela Chave de Acesso em:
<https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/NF3E/Consulta>
 chave de acesso:
 21221206272793000184660000321350892074527248
 Protocolo de autorização: 3212200019495224 -
 15/12/2022 às 15:20:35

INFORMAÇÕES PARA O CLIENTE

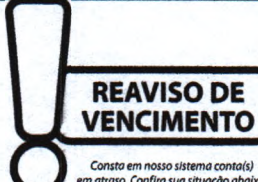
- DEBITOS: 07/2022 R\$306,00 10/2022 R\$347,44 11/2022 R\$350,23
- Periodos: Band. Tarif.: Verde : 15/11 - 15/12

Itens de Fatura	Quant.	Preço Unit.(R\$) com Tributos	Tarifa Unit.(R\$)	PIS/COFINS(R\$)	ICMS (R\$)	Valor(R\$)	Tributo	Base(R\$)	Alíquota(%)	Valor(R\$)
Consumo (kWh)	261	0,827816	0,650900	7,30	38,89	216,06	ICMS	216,06	18,0000	38,89
FINANCEIROS							PIS	177,17	0,7328	1,30
Cip-Ilum Pub Pref Munic						26,79	COFINS	177,17	3,3839	6,00
Parcela (8/18)						94,94	CONSUNO kWh DEZ/21 254 JAN/22 206 FEV/22 202 MAR/22 233 ABR/22 227 MAI/22 253 JUN/22 249 JUL/22 223 AGO/22 217 SET/22 282 OUT/22 266 NOV/22 274 DEZ/22 261 <input type="checkbox"/> Ativo			

Medidor	Grandeza	Posto Horário	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo	Reservado ao Fisco			
10142876774	Consumo	ATIVO TOTAL	12.044	12.305	1,00	261 kWh	2C9E.AE54.CDDE.5C22.467B.41DE.23CC.EFC8			
Resolução ANEEL		Apresentação		Nº do Programa Social						
3102/22		15/12/2022								

AVISO DE VENCIMENTO
 Até a emissão desta conta não foi identificado o pagamento do(s) débito(s) ao lado. O não pagamento até 30/12/2022 implicará na suspensão do fornecimento de energia elétrica, de acordo com a REN ANEEL 414/2010 art. 172 e lei 8.987/95, art. 6º § 3, inclusão no SPC/SERASA e outras medidas de cobrança. Além do(s) débito(s) citados, caso haja suspensão de energia, a religação será condicionada à quitação das outras faturas vencidas da unidade consumidora. Caso já tenha efetuado o (s) pagamento (s), favor dirigir-se a Agência de Atendimento da Equatorial Maranhão mais próxima para regularizar a situação.

DEBITOS ANTERIORES:	MÊS/ANO	VALOR
11/2022		350,23



REAVISO DE VENCIMENTO

Consta em nosso sistema conta(s) em atraso. Confira sua situação abaixo.

CENTRAL DE ATENDIMENTO
LIGUE GRÁTIS 116
 ATENDIMENTO GRATUITO 24 H
 Atendimento em português e espanhol
 @equatorial.ma @equatorial.ma @equatorial.ma

DIREITOS
 É direito do consumidor ou da central geradora de solicitar à distribuidora o detalhamento da apuração dos indicadores DIC, ITC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.
 É direito do consumidor ou da central geradora de receber uma compensação, caso sejam violados os limites de continuidade individuais relativos à unidade consumidora ou central geradora.

Ouvridoria Equatorial: 0800 286 9803
 Ligação gratuita de telefones fixos e móveis, de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 167
 Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.

BANCO DO BRASIL	001-9 00190.00009 03373.382187 40368.544173 9 0000000033779	Pague através do PIX. É mais facilidade pra você.
LOCAL DE PAGAMENTO	VENCIMENTO	
PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL	22/12/2022	
BENEFICIÁRIO	AGÊNCIA/CODIGO BENEFICIÁRIO	
EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIB. DE ENERGIA S.A.	10574234	
DATA DOCUMENTO	REFERÊNCIA	
15/12/2022	12/2022	
USO DO BANCO	NOSSO NÚMERO	
17	33733821840368544	
CARTEIRA	(=) VALOR DOCUMENTO	
17	337,79	
ESPECIE DOCUMENTO	(-) DESCONTO ABATIMENTO	
DM	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	
ACEITE	(+) MULTA	
N	(+) OUTROS ACRÉSCIMOS	
QUANTIDADE	(=) VALOR COBRADO	
VALOR		

INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO
 PAGÁVEL EM TODAS AS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS
 EM CASO DE ATRASO, MULTAS, JÚROS E CORREÇÃO SERÃO COBRADOS NA PRÓXIMA FATURA.

NOME DO PAGADOR/CPF/CNPJ/ENDEREÇO
 ROSIMAR ROSA DA CONCEICAO 270.188.813-15




Ficha de Compensação

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL

Nº
53
CPL

Pelo presente instrumento particular, eu Vagner Rosa da Conceição, brasileiro, solteiro natural de Governador Archer-MA, Professor, portador da cédula de identidade de numero Nº127294319991 e CPF de Nº932572793-53 residente e domiciliado a Rua: Gaspar Dutra adiante denominado simplesmente VENDEDOR e, de outro lado, (Rosângela Rosa da Conceição natural de Governador Archer-Ma, Brasileira, solteira, autônoma, portadora da cédula de identidade de Nº18490562001-7 e CPF de Nº602109183-30. Residente a Rua: Gaspar Dutra Nº 899 centro, denominada simplesmente COMPRADORA, têm entre se o contrato que segue, e que se obrigam a cumprir por si – O VENDEDOR, na qualidade de legítimo proprietário do imóvel situado à Rua do Sindicato próximo ao comércio do franeival Bairro centro São Pedro da Água Branca-MA. Com as seguintes metragens 12 de frente com 35mts do lado direito e 35mts do lado esquerdo sendo o fundo com 12 mts. Que vendeu a COMPRADORA, pelo valor de R\$ 20.000 vinte mil que foi pago no dia 10 de julho de 2016

E, por estarem justas com o contrato, cientes e de acordo com as cláusulas e condições do presente Contrato, assinam este instrumento para um só efeito, que será também registrada e autenticada em cartório.

Vagner Rosa da Conceição

Vagner Rosa da Conceição
CPF:932572793-53
Vendedor

Rosângela Rosa da Conceição

Rosângela Rosa da Conceição
CPF:602109183-30
Compradora

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA - (S) ASSINATURAS
17 AGO 2017
São Pedro da Água Branca - MA
Em test
Cristiana da Conceição
São Pedro da Água Branca - MA
Interina

São Pedro da Água Branca-MA 11 De Novembro de 2013



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA
ÁGUA BRANCA



TERMO DE AUTUAÇÃO
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

No uso de minhas atribuições, em **16 de Janeiro de 2023**, autuo o presente Processo de Contratação na modalidade Dispensa, sob o número 003/2023, originário do Processo Administrativo nº 013/2023, que tem por finalidade LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), com valor total estimado em R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), e para constar, lavro e assino o presente Termo de Autuação.

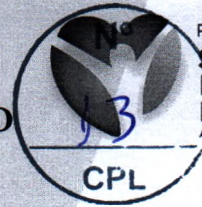
RESUMO DOS DADOS DO PROCESSO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	013/2023
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	003/2023
MODALIDADE:	DISPENSA
ÓRGÃO GERENCIADOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO:	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CMDCA (CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)
VALOR ESTIMADO:	R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)

São Pedro da Água Branca - MA, 16 de Janeiro de 2023

Magno Nunes da Silva
Secretário Municipal de Assistência Social
006/2021



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ASSESORIA JURÍDICA
CNPJ: 01.613.956/0001-21



PREFEITURA
**SÃO PEDRO
DA ÁGUA
BRANCA**
A CIDADÃO QUE A GENTE QUER

PROCESSO ADMINISTRATIVO 013/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2023

PARECER JURÍDICO

*“LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO
CMDCA(CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE”.*

A **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA/MA**, no exercício de suas atribuições legais, vem proceder à análise e emissão de **Parecer Jurídico**.

Trata-se de solicitação de realização de despesa preterida de procedimento licitatório, formulada pela Secretaria Municipal de Assistência Social por meio da qual aduz a necessidade da realização de abertura de dispensa de licitação para locação de imóvel.

Por fim, pugna pela contratação direta com a pessoa de **ROSANGELA ROSA DA CONCEIÇÃO**, portadora do CPF nº 602.109.183-30, acostando aos autos os documentos correlatos cuja contratação é pretendida.

Este é o relatório. Passo a opinar.

A exigência estabelecida pela Lei nº 8.666/93 é a realização do processo de licitação para aquisição de bens ou contratação de prestadores de serviços para atendimento ao ente público.

Verificando o caso em apreço, percebe-se que a contratação almejada se amolda aos termos exigidos por Lei (arts. 23 e 24 da Lei Nº 8.666/93 c/c decreto nº 9.412, de 2018), incorrendo dessa forma na possibilidade de dispensa de certame, legalmente amparado pela referida Lei, vejamos o que a mesma dispõe:

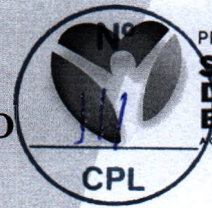
“Art. 23 – As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

- a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ASSESORIA JURÍDICA
CNPJ: 01.613.956/0001-21



PREFEITURA
**SÃO PEDRO
DA ÁGUA
BRANCA**
CIDADE QUE A GENTE QUER

- II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:**
- a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
 - b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e
 - c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Art. 24 – É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda de obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;”

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

Muito embora albergada pelo artigo 24 da Lei 8.666/93, somente será possível a realização da contratação pretendida após a realização de competente justificativa que demonstre a maior vantajosidade para a Municipalidade (inclusive com a juntada de laudo de avaliação prévia.

Entendendo o ordenador de despesas pela contratação direta, atentem os órgãos da Administração para o contido na Instrução Normativa nº 034/2014 do TCE-MA e suas alterações e para o disposto no artigo 26 da Lei 8.666/93, no que tange a formação e adequação do processo de dispensa, a saber:

1. solicitação de contratação, com descrição clara do objeto;
2. caracterização da situação que justifique a dispensa;
3. elaboração da especificação do objeto e condições pertinentes;
4. indicação dos recursos para a cobertura da despesa;
5. razões da escolha do prestador do serviço, inclusive com justificativa de preço;



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ASSESORIA JURÍDICA
CNPJ: 01.613.956/0001-21



PREFEITURA
**SÃO PEDRO
DA ÁGUA
BRANCA**
CIDADE QUE A GENTE QUER

6. anexação do original das propostas;
7. anexação do original ou cópia “autenticada” (ou conferida com o original) dos documentos comprobatórios
8. pareceres técnicos;
9. declaração do servidor responsável de que não houve contratação simulada no corrente exercício;
10. autorização do ordenador de despesa;
11. comunicação à autoridade superior, no prazo de três dias, da declaração de dispensa;
12. ratificação e publicação da declaração de dispensa de licitação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, a contar do recebimento do processo pela autoridade superior;
13. assinatura de contrato ou documento equivalente;
14. publicação do extrato do contrato ;
15. inclusão de quaisquer outros documentos necessários.

Por derradeiro, caso a pretendida dispensa seja formalizada, que a Controladoria Geral do Município, órgão responsável pelo controle interno, antes do empenho e/ou liquidação de obrigação, verifique e ateste que todas as exigências legais foram atendidas, principalmente os dados referentes a pesquisa de mercado, como condição de empenho ou liquidação de obrigação.

Registre-se que o presente parecer é opinativo e quanto a oportunidade e necessidade de efetiva contratação, trata-se de questão de mérito administrativo própria do gestor da Secretaria competente que fará a devida análise final em razão da conveniência e Interesse Público.

É o parecer.

Remeta-se ao órgão de origem com nossas homenagens.

São Pedro da Água Branca/MA, 30 de Janeiro de 2023.

BRUNO CALDAS SIQUEIRA FREIRE
OAB/MA 6798



ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca
GABINETE DA PREFEITA
CNPJ: 01.613.956/0001-21



DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

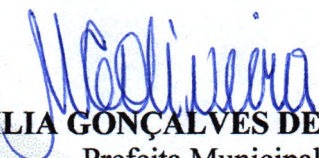
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2023 – DISPENSA Nº 003/2023

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CMDCA.

Afigurando-me que o procedimento de contratação epigrafado, encontra-se regular e legalmente desenvolvido e estando ainda presente o interesse público na contratação que deu ensejo à instauração do processo, RATIFICO a decisão exarada nos autos, de acordo com os seus próprios fundamentos e em conformidade, ainda, com o parecer da douta Procuradoria Geral do Município.

Portanto, efetive-se a contratação, pelo Processo Administrativo nº 013/2023 e pela Dispensa de Licitação nº 003/2023, junto a SRa. ROSANGELA ROSA DA CONCEIÇÃO, inscrito no CPF: 602.109.183-30, no valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais). Em cumprimento ao disposto no Art. Da Lei 8.666/93, determino a publicação desta RATIFICAÇÃO nos meios legais, produzindo assim seus efeitos jurídicos e legais.

São Pedro da Água Branca/MA, 06 de fevereiro de 2023.


MARÍLIA GONÇALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ÁGUA
BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



CONTRATO Nº 015/2023

DADOS DO CONTRATO	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	013/2023
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	003/2023
MODALIDADE:	Dispensa
CONTRATANTE:	Secretaria Municipal de Assistência Social
CONTRATADO:	ROSANGELA ROSA DA CONCEIÇÃO
OBJETO:	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente)
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)
VIGÊNCIA INICIAL:	6 de Fevereiro de 2023
VIGÊNCIA FINAL:	6 de Fevereiro de 2024

DADOS DO CONTRATANTE			
NOME:	Secretaria Municipal de Assistência Social	CNPJ:	01.613.956/0001-21
LOGRADOURO:	Avenida Presidente Geisel, 581	BAIRRO:	Centro
CIDADE:	São Pedro da Água Branca	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Marília Gonçalves de Oliveira	CPF:	522.954.433-34

DADOS DO CONTRATADO			
RAZÃO SOCIAL:	ROSANGELA ROSA DA CONCEIÇÃO	CPF/CNPJ:	602.109.183-30
ENDEREÇO:	Rua Gaspar Dutra	BAIRRO:	Centro
CIDADE:	São Pedro da Água Branca	ESTADO:	Maranhão
CONTATO:	(99) 9999-9999	E-MAIL:	rosangela@gmail.com
REPRESENTANTE:	ROSANGELA ROSA DA CONCEIÇÃO	CPF:	602.109.183-30

PREÂMBULO

Aos 6 de Fevereiro de 2023, a Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca – MA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, inscrita no CNPJ nº 01.613.956/0001-21, na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo Administrativo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente instrumento tem por objeto LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência constante no Anexo I do edital da licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor estimado do presente Contrato é de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ÁGUA
BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	1 - LOCAÇÃO DE IMÓVEL (CMDCA)	-	Mês	12,00	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00
Valor Total						R\$ 9.600,00

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – Os valores e quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

3.1 – Integram o presente Contrato, independente de transcrição:

I - Edital do Dispensa Nº 003/2023

II - Proposta, documentos anexos e lances, firmados pela **CONTRATADA** na presente licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência do procedimento em epígrafe, com início na data de 06/02/2023 e encerramento em 06/02/2024, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

4.2 – Em se tratando de serviço de natureza continuada, o presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termo aditivo, conforme disposições do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com redação dada pela Lei nº 9.648/98, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Seja comprovado que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3 – Havendo necessidade o contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no artigo 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.4 – 2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 – O regime de execução do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ÁGUA
BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



5.2 – O local e prazo de execução do objeto será aquele definido na “Ordem de Fornecimento/Serviço”, conforme prazos mínimos estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe.

5.3 – A forma de execução do objeto respeitará os critérios estabelecidos no Termo de Referência do Edital de Licitação em epígrafe, devendo a **CONTRATADA** observar todas as cláusulas ali estabelecidas e que integram o presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1 – O recebimento objeto será feito nos termos do Art. 73 a 76 da Lei 8.666/93, sendo o objeto executado diferente das especificações ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues.

6.2 – A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

6.3 – Caso o objeto seja executado com avarias ou em desacordo com as especificações técnicas ou problema de qualidade, a **CONTRATADA** deverá repô-lo devidamente corrigido em até 24 (vinte e quatro) horas, após notificação do **CONTRATANTE** durante a vigência do contrato, a partir daí sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – Fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos ou execução dos serviços, será feita pelo servidor ou outros representantes, especialmente designados, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666/93.

7.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

7.3 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – O pagamento à **CONTRATADA** será efetuada pela Prefeitura Municipal, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, bem como as certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município e será feito na modalidade de transferência online exclusivamente em conta bancária da Contratada.

8.2 – O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS a execução do objeto, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

8.3 – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Municipal e Estadual, Seguridade Social e Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas.

8.4 – A contratante não incidirá em mora quanto ao atraso do pagamento em face do não cumprimento pela Contratada das obrigações acima descritas ou de qualquer outra causa que esta deu azo.

8.5 – O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme art. 40, § 3º, Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ÁGUA
BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



9.1 – As regras acerca do cronograma de desembolso são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO

10.1 – As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 – Os **CONTRATANTES** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contratado, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

11.2 – A **CONTRATADA** deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

11.3 – A planilha de custos referida no parágrafo primeiro deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal, para o corrente exercício financeiro, na classificação abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02.14.00 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO: 08.244.0125.2054.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.36.00 - SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA

12.2 – Em casos de objetos de serviços continuados, no(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação.

13.2 – O acompanhamento e a fiscalização dos contratos firmados com os Contratados em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.3 – Os fiscais do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e pelo atesto dos produtos contratados.

13.4 – Os contratantes se reservam ao direito de, sempre que julgar necessário, verificar, por meio de seus funcionários, se as prescrições das normas deste Termo de Referência estão sendo cumpridas pelo contratado.

13.5 – Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com o estabelecido no Termo e Contrato ou instrumento hábil;

13.6 – Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ÁGUA
BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



13.7 – Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.8 – Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 – Obedecer às especificações constantes no Termo de referência;

14.2 – Responsabilizar-se pela execução do objeto, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

14.3 – Executar o objeto dentro do prazo estipulado neste termo;

14.4 – O retardamento na execução do objeto não justificado considerar-se-á como infração contratual;

14.5 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

14.6 – Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

14.7 – Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a entrega dos produtos objeto deste Termo;

14.8 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

14.9 – Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para entrega dos produtos, nos termos do § 1º; do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.10 – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

14.11 – Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

14.12 – A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art. 81 na Lei 8.666/93.

14.13 – Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação ao objeto executado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

15.2 – Constitui motivo para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

c) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ÁGUA
BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- j) A supressão, por parte da Administração, do objeto, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da execução do objeto ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do objeto, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;
- n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

16.1 – Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

a) **Advertência** escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave

b) **Multa** de:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ÁGUA
BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



- i) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos produtos ou serviço entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;
- ii) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;
- iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;
- iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da **CONTRATADA**;
- c) **Suspensão** temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

18.1 – A **CONTRATADA** responderá por perdas e danos que vier a sofrer a **CONTRATANTE**, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da **CONTRATADA** ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1 – Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros

20.2 – É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a **CONTRATADA** manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ÁGUA
BRANCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



21.1 – O presente contrato é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais diplomas legais.

21.2 – Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de São Pedro da Água Branca - MA. E por estarem assim acordes, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São Pedro da Água Branca - MA, 6 de Fevereiro de 2023

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Marília Gonçalves de Oliveira
Prefeita Municipal

PELA CONTRATADA

ROSÂNGELA ROSA DA CONCEIÇÃO
602.109.183-30

TESTEMUNHAS

NOME: Reginaldo Alves
CPF: 423612302-91

NOME: Elias Cabral da Silva
CPF: 800357363-72